

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Juliana Maria Alves Bueno

Indicadores ambientais na comunicação de organizações hospitalares

UBERLÂNDIA

2017

Juliana Maria Alves Bueno

Indicadores ambientais na comunicação de organizações hospitalares

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Engenharia
Ambiental da Universidade Federal de
Uberlândia como requisito para obtenção
do título de Bacharel em Engenharia de
Ambiental.

Orientadora: Profa. Dra. Bruna Fernanda
Faria Oliveira

UBERLÂNDIA

2017

RESUMO

No contexto da sustentabilidade, o funcionamento das empresas se torna mais complexo a cada dia. A sociedade demanda cada vez mais das empresas uma atitude responsável e transparente. Os hospitais, como prestadores de serviços de saúde, devem seguir a legislação no que diz respeito a fatores ambientais. Como outros tipos de organizações, os hospitais também buscam formas de comunicação com *stakeholders* a respeito de informações da organização e de sustentabilidade. Este trabalho tem como principal tema a comunicação e transparência de indicadores de sustentabilidade em hospitais de grande porte da região Sudeste do Brasil, com foco nos indicadores ambientais, com objetivo de identificar a ênfase da questão ambiental em relatórios de sustentabilidade. A identificação dos hospitais gerais de grande porte das três maiores cidades em população de cada estado da região Sudeste, foi realizada utilizando o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). A identificação das formas de abordagem e diversidade de evidenciação da questão ambiental nestes hospitais, foi realizada por meio da consulta nos *websites* de cada hospital. Finalmente, a identificação da ênfase da questão ambiental quando comparada com as questões econômicas e sociais em organizações hospitalares que adotam o modelo de relato de sustentabilidade da *Global Reporting Initiative* (GRI). Com resultados destas pesquisas, foi possível avaliar o nível de adoção das diretrizes GRI para relato de sustentabilidade das organizações hospitalares no Sudeste, possibilitando analisar dentro de cada relatório a ênfase e o valor dado aos indicadores ambientais e à questão ambiental. Para isto, foram pesquisados 149 hospitais gerais de grande porte na região Sudeste, sendo que 119 não possuíam relatórios em seus *websites*. Treze dos hospitais pesquisados, possuía relatórios sem conter informações com indicadores ambientais, e cinco com indicadores ambientais. Somente 12 hospitais possuíam Relatórios de Sustentabilidade com base nas diretrizes Global Reporting Initiative (GRI).

Palavras-chave: Relatório de sustentabilidade, organizações hospitalares, comunicação, Global Reporting Initiative

ABSTRACT

In the context of sustainability, business functioning becomes more complex every day. Society demands more and more of the companies a responsible and transparent attitude. Hospitals, as providers of health services, should follow the legislation with regard to environmental factors. Like other types of organizations, hospitals also seek ways to communicate with stakeholders about organizational information and sustainability. This work has as main theme the communication and transparency of sustainability indicators in large hospitals in the Southeast region of Brazil, focusing on environmental indicators, aiming to identify the environmental issue in sustainability reports. The identification of large general hospitals of the three largest cities in the population of each state in the Southeast region was performed using the National Registry of Health Establishments (CNES). The identification of the ways of approach and diversity of evidence of the environmental issue in these hospitals was made through consultation on the websites of each hospital. Finally, the identification of the emphasis of the environmental issue when compared to the economic and social issues in hospital organizations that adopt the Global Reporting Initiative (GRI) sustainability reporting model. With the results of these surveys, it was possible to evaluate the level of adoption of the GRI guidelines for sustainability reporting of hospital organizations in the Southeast, making it possible to analyze within each report the emphasis and value given to environmental indicators and the environmental issue. For this, 149 large general hospitals were surveyed in the Southeast region, of which 119 did not have reports on their websites. Thirteen of the hospitals surveyed had reports without containing information with environmental indicators, and five with environmental indicators. Only 12 hospitals had Sustainability Reports based on the Global Reporting Initiative (GRI) guidelines.

Key words: Sustainability report, hospital organizations, communication, Global Reporting Initiative

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
1.1	Objetivo Geral	7
1.1.2	Objetivos Específicos	7
2	REVISÃO DA LITERATURA	8
2.1	Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade	8
2.2	Hospitais e Sustentabilidade	11
2.3	Indicadores e Relatórios de Sustentabilidade	12
2.4	Global Reporting Initiative – GRI	15
3	METODOLOGIA	19
3.1	Locais de Estudo	19
3.2	Identificação dos hospitais gerais de grande porte	19
3.3	Identificação dos tipos de relatórios e avaliação da abordagem ambiental nos mesmos	20
3.4	Identificação e comparação da ênfase às questões ambientais frente às questões sociais e econômicas	21
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	23
4.1	Identificação dos hospitais gerais de grande porte	23
4.2	Identificação dos tipos de relatórios e avaliação da abordagem ambiental nos mesmos	23
4.3	Identificação e comparação da ênfase às questões ambientais frente às questões sociais e econômicas	26
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
6	CONCLUSÃO	33
	REFERÊNCIAS	34
	ANEXOS	38
	Anexo 1. Aspectos e Indicadores Econômicos, Sociais e Ambientais	38
	APÊNDICES	43
	Apêndice 1. Hospitais Gerais de Grande Porte das três maiores cidades de cada Estado do Sudeste, número de leitos e tipo de Relatório encontrado em seus websites	43
	Apêndice 2. Divulgação de Indicadores de Sustentabilidade por hospital	53

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Almeida (2007), “o ambiente operacional para as empresas vem se tornando mais complexo a cada dia.” Para o autor, há cada dia mais o entendimento e cobrança por parte da sociedade, da legislação e de Organizações Não-Governamentais (ONGs), da aplicação do conceito de responsabilidade civil por empresas e organizações em geral. A sociedade demanda cada vez mais uma atitude de responsabilidade e transparência por parte de empresas.

Ainda de acordo com Almeida (2007), a credibilidade das empresas está diretamente ligada à responsabilidade que assumem diante dos problemas, principalmente sociais e ambientais, que afligem o mundo. Assim, ele afirma que ocorre uma evolução do conceito de responsabilidade legal para o conceito de responsabilidade moral. E os processos ligados a responsabilidade legal de empresas não ficam mais restritas somente aos tribunais, pois há também o julgamento das mesmas pela opinião pública. Além disso, “a sociedade não aceita mais que instrumentos procrastinatórios baseados em técnicas jurídicas, interpelação legal e alegação de desconhecimento sejam utilizados como artifícios para que os autores fujam à responsabilidade civil”. (ALMEIDA, 2007)

Segundo Oliveira, et.al. (2011), “as organizações de grande porte possuem grande interação com o ambiente e as comunidades do entorno da área de operação, demandando, muitas vezes, grandes quantidades de investimento financeiro”. Além disso, a questão da responsabilidade socioambiental não se trata de uma “opção” para as organizações, e sim de praticamente obrigatoriedade e sobrevivência, considerando a abundância de leis, regulamentações, normas e outros existentes nos dias atuais. A responsabilidade com a sustentabilidade organizacional trata-se também de uma questão de visão, estratégia e até marketing.

Diante de tantos problemas ambientais conhecidos e uma preocupação cada vez maior com a pegada ecológica e a preservação do meio ambiente; as empresas e instituições são levadas a repensar suas prioridades e planejar melhor para minimizar os impactos que suas atividades podem provocar ao meio ambiente. As instituições devem se adequar à legislação ambiental cabível a seu tipo de atividade e a questões como a gestão ambiental do empreendimento.

Os hospitais, como instituições prestadoras de serviços de saúde, exercem atividades variadas e complexas e produzem diversos impactos ambientais. O setor de saúde consome recursos como energia, água, e outros além de produzir grandes quantidades de resíduos sólidos e efluentes.

Segundo Almeida (2007), “já se sabe que a regra do jogo é e será cada vez mais transparência, aqui entendida como a revelação de informações, políticas, práticas e resultados, de modo que estimulem o modelo de negócio e agreguem credibilidade e competitividade”.

Uma das ferramentas de transparência na comunicação destas informações, políticas, práticas e resultados, são os relatórios de sustentabilidade. Desta forma, este trabalho abordará a comunicação de sustentabilidade (principalmente no que se trata do pilar ambiental da sustentabilidade); focando na transparência, comunicação e exposição de indicadores ambientais em relatórios de organizações hospitalares.

Para isto, serão identificadas as formas de comunicação de informações de sustentabilidade nos *websites* das organizações hospitalares estudadas e avaliada a presença ou não de indicadores ambientais nos mesmos. Além disso, relatórios de sustentabilidade que seguem as diretrizes GRI (*Global Reporting Initiative*) para Relato de Sustentabilidade, também serão estudados especificamente, onde será possível identificar detalhadamente a porcentagem de indicadores econômicos, sociais e ambientais medidos e divulgados por cada hospital.

As informações a respeito destas porcentagens de indicadores possibilitarão diversos tipos de análise a respeito da importância e ênfase dada por cada hospital à medição e controle de seus indicadores; e também a respeito do nível de comunicação de indicadores econômicos, ambientais e sociais das organizações hospitalares.

1.1 Objetivo Geral

O objetivo do presente trabalho foi identificar a ênfase da questão ambiental em relatórios de sustentabilidade de hospitais gerais de grande porte da região Sudeste.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Identificar os hospitais gerais de grande porte das maiores cidades em população de cada estado pertencente à região Sudeste;
- Identificar as formas de abordagem da questão ambiental dos hospitais de grande porte;
- Identificar a diversidade de evidenciação das questões ambientais frente às questões sociais e econômicas nos relatórios de sustentabilidade, que utilizam a *Global Reporting Initiative* (GRI) como modelo;

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade

O termo desenvolvimento sustentável possui diversas definições, e seu conceito provém de um processo histórico complexo e de contínua reavaliação crítica da relação entre sociedade civil, incluindo economia, política, aspectos sociais; e o meio ambiente.

A definição de sustentabilidade mais conhecida e difundida é a da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), conhecida também como Comissão Brundtland, apresentada em 1987 no Relatório “Nosso Futuro Comum”. No relatório, é apresentado: “O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades.” (ONU, 1987).

De acordo com a CMMAD, o conceito de desenvolvimento sustentável implica a imposição de limites, devido ao estado atual da tecnologia e organizações sociais, que afetam diretamente a quantidade e qualidade de recursos ambientais. Também existe a capacidade de a biosfera absorver os efeitos de atividades humanas. Contudo, a tecnologia e as questões sociais podem ser adaptadas, gerenciadas e melhoradas em vista de abrir caminho para uma nova era de crescimento econômico e consciência ambiental.

O desenvolvimento sustentável é um tema indispensável no que tange as políticas de desenvolvimento que tem como objetivo ser uma alternativa às teorias e modelos tradicionais de desenvolvimento, geralmente relacionadas com aumento da produção e conseqüentemente do consumo.

Porém, no final, desenvolvimento sustentável não é um estado de harmonia fixo, mas um processo de mudança em que a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se tornam consistentes com o futuro, assim como as necessidades atuais. Não simulamos que o processo seja fácil ou direto. Escolhas dolorosas têm que ser feitas. Assim, em última análise, o desenvolvimento sustentável deve assentar na vontade política. (CMMAD, 1987)

De acordo com CAMARGO (2012), um dos maiores avanços do século XX foi o despertar de uma consciência ambiental e a compreensão da necessidade de as ações humanas fomentarem a preservação do ambiente em que vivemos. Já no

século XXI, os desafios relacionados à busca deste equilíbrio entre ações humanas e preservação ambiental são muito complexos e profundos, levando em conta os graves e globais problemas socioambientais vividos e enfrentados globalmente.

Publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2012, o Relatório “Pessoas Resilientes, Planeta Resiliente: Um Futuro Digno de Escolha” também trata do desenvolvimento sustentável como um processo dinâmico de adaptação, aprendizagem e ação; e alega que a velocidade e a intensidade deste processo não estão satisfatórias. São necessárias ações de maior alcance que reconheçam e compreendam as interconexões entre economia, sociedade e meio ambiente natural. “Atingir a sustentabilidade exige a transformação da economia global. Mexer apenas nas beiradas não resolverá” (ONU, 2012). A mudança na economia global deve ser feita através de diversas áreas fundamentais, como:

Incorporar custos sociais e ambientais na regulamentação e precificação de produtos e serviços, bem como abordar falhas do mercado; elaborar um roteiro de incentivos que valorize cada vez mais o desenvolvimento sustentável de longo prazo em investimentos e transações financeiras; aumentar o financiamento do desenvolvimento sustentável, incluindo custeio público e privado e parcerias para mobilizar grandes volumes de novos financiamentos; ampliar a forma como medimos o progresso do desenvolvimento sustentável por meio da criação de um índice ou conjunto de indicadores de desenvolvimento sustentável. (ONU, 2012)

De acordo com Barbosa (2008), apesar de o conceito de desenvolvimento sustentável proposto pelo Relatório de Brundtland se tratar de um conceito questionável já que não define quais são as necessidades do presente nem quais serão as do futuro; o relatório chamou a atenção do mundo ao exibir a necessidade de se encontrar novas formas de desenvolvimento econômico, sem comprometer os recursos naturais e o meio ambiente. Além disso, o relatório definiu três princípios básicos a serem cumpridos mundialmente: desenvolvimento econômico, proteção ambiental e equidade social.

Segundo Almeida (2007), além de exigir o equilíbrio de objetivos econômicos, ambientais e sociais, entendidos como os três pilares da sustentabilidade, mexe com as estruturas de poder. Operar objetivando a sustentabilidade “implica atuar num mundo tripolar, em que o poder tende a se repartir, de maneira cada vez mais equilibrada, entre governos, empresas e organizações da sociedade civil”.

Almeida (2007) ainda aborda a diversidade de instrumentos que estão sendo desenvolvidos para a inserção dos conceitos de sustentabilidade na prática cotidiana

das empresas. Os instrumentos surgiram em resposta à demanda por um comportamento empresarial socialmente e ambientalmente responsável. Essa demanda cresceu ainda mais diante das injustiças e malfeitorias associadas a escândalos corporativos. A maioria dos instrumentos para inserção dos conceitos de sustentabilidade na prática cotidiana das empresas começam como mecanismos de adesão voluntária, mas à medida que são adotados por mais e mais empresas, passam a servir como incentivo para que outras adotem as mesmas medidas, seja por ser um bom exemplo ou por pressão da concorrência. Posteriormente, com um índice de adoção mais alto, tais instrumentos podem vir a se transformar em normas, padrões que alteram o cenário no qual as empresas operam. Estes mecanismos incluem: códigos, padrões, princípios e normas; transparência (por meio da publicação de Relatórios de Sustentabilidade e de outros instrumentos de divulgação de informações); engajamento de *stakeholders*.

De acordo com Lyra (2009), a definição de *stakeholder* em uma organização é “qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar ou ser afetado pela realização dos objetivos desta empresa.” De acordo com HSL (2015), os stakeholders podem ser: “comunidade do entorno, médicos, imprensa, governo, operadoras de saúde, comunidade científica, doadores, fornecedores, concorrentes, associados, colaboradores, sindicatos, sociedade, pacientes.” Para RDSL (2015), os stakeholders são: “pacientes e família, médicos, pesquisadores, comunidades, instituições financeiras, imprensa, operadoras de saúde, poder público e governo, colaboradores diretos e indiretos e fornecedores.”

Portanto, como afirma Lucena e Travassos (2009) a proteção do meio ambiente deve ser entendida como parte integrante e essencial para o desenvolvimento sustentável, e não como um tema isolado.

As instituições hospitalares devem, assim como instituições de todos os outros setores, se adequar à legislação ambiental cabível a seu tipo de atividade e a questões como a gestão ambiental do empreendimento.

“Seja pela demanda da sociedade, pela competição entre os estabelecimentos de saúde e exigências legais e normativas os hospitais têm como desafio no início do século XXI de se tornarem mais sustentáveis.” (Lobo; Lobo; Santos, 2010).

2.2 Hospitais e Sustentabilidade

O edifício hospitalar é uma fonte geradora de resíduos, devido ao grande volume de compras de materiais e insumos para fazer funcionar a mais complexa das organizações, com grande participação de material descartável e produção de materiais contaminantes e resíduos com potencial patogênico (LOBO; LOBO; SANTOS, 2010).

Segundo Toledo, Demajorovic (2006), a atividade hospitalar pode ser uma importante responsável pela mitigação ou expansão dos impactos socioambientais. Isso devido aos hospitais serem grandes consumidores de energia elétrica, além de gerarem quantidade significativa de resíduos e efluentes. Desta forma, a ecoeficiência constitui uma ferramenta essencial para que as atividades hospitalares possam conciliar maior eficiência econômica e menor impacto ambiental.

Segundo Spina (2005), os resíduos sólidos de serviços de saúde gerados nos centros urbanos não representam uma grande porcentagem da produção total de resíduos, correspondendo a aproximadamente 2% da produção total de resíduos sólidos urbanos. Porém, apesar desta pequena representatividade, trata-se de um sério problema a ser gerenciado pelas empresas prestadoras de serviços na área da saúde e pelo poder público na administração de hospitais públicos e de ensino. Tal problema é justificado pelas características patogênicas e perigosas que parte destes resíduos apresentam; pois podem requerer cuidados e técnicas especiais em todas as fases do seu manuseio; e também no seu destino final, a fim de evitar que os efeitos nocivos de sua decomposição causem danos ao ambiente e à qualidade de vida da população.

A falta de conhecimento e adoção de procedimentos técnicos adequados no manejo de diferentes resíduos hospitalares – já que existe uma gama diversa e heterogênea de tipos de resíduos resultantes de serviços de saúde, como material biológico contaminado, objetos perfurocortantes, peças anatômicas, substâncias tóxicas, inflamáveis e radiativas – pode se tratar de uma fonte de risco à saúde dos trabalhadores envolvidos, da população e do meio ambiente.

Oliveira (2002) afirma que o desconhecimento e a falta de informações a respeito dos resíduos dos serviços de saúde podem onerar ainda mais os já escassos recursos das instituições hospitalares, já que em muitos casos os resíduos são ignorados ou recebem um tratamento com excesso de zelo. O que também

ocorre com frequência em organizações de saúde é a atribuição de culpa aos resíduos de serviços de saúde (RSS) por infecções hospitalares e outros problemas ocorridos em hospitais. Também é falado sobre o excesso cometido ao incinerar todos os resíduos dos serviços de saúde, já que nem todos os resíduos produzidos em uma organização de saúde necessitariam deste tratamento. O cuidado excessivo só oferece ainda mais gastos devido aos controles e filtros exigidos em função dos subprodutos lançados na atmosfera.

Segundo Lobo, Lobo e Santos (2010), as edificações hospitalares possuem uma complexa setorização e uma emaranhada rede de fluxos de usuários e de insumos. E para se adequar às novas exigências técnicas, administrativas e legais, o hospital se comporta como um organismo dinâmico em constantes transformações espaciais.

Visando a comunicação e transparência com *stakeholders*, as organizações em geral e também as prestadoras de serviços de saúde, podem utilizar um instrumento de comunicação de indicadores e outras informações de sustentabilidade: os Relatórios de Sustentabilidade.

2.3 Indicadores e Relatórios de Sustentabilidade

Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade são termos usados com frequência, e no ambiente empresarial não é diferente. Cada vez mais as empresas, organizações e instituições de diversos setores e portes demonstram preocupação com a necessidade de um pensamento, gestão e operação com objetivos que visem resultados econômicos, responsabilidade social e ambiental.

De acordo com Almeida (2007), “caso não mantenham políticas e práticas adequadas nas três dimensões da sustentabilidade – a econômica, a ambiental e a social – as empresas estarão sujeitas a responder por isso tanto nos tribunais de justiça quanto no foro da opinião pública. ”

De acordo com Benito e Benito (2006), o comprometimento com o meio ambiente é hoje uma variável estratégica dentro da perspectiva competitiva. A importância desta variável ambiental faz com que muitas companhias iniciem transformações voluntárias para se aproximarem dos princípios ecológicos. Estas transformações deram origem a diversas estratégias ambientais que variam entre

duas posições extremas: reatividade ambiental – típica de companhias que só implementam o mínimo previsto na legislação; e proatividade ambiental – típica de companhias que tomam medidas voluntárias visando reduzir seu impacto no meio ambiente.

Segundo Almeida (2007), transparência é um dos temas mais importantes na gestão da sustentabilidade. “É também o de operação mais complexa. O emaranhado de códigos, estruturas e normas, em alguns casos até conflitantes entre si, nem sempre facilita a escolha das maneiras de abrir as informações à sociedade.”

Os mecanismos de transparência, sejam impostos ou voluntários, representam custos altos para as empresas. Almeida (2007) afirma que para ganhar a confiança dos *stakeholders* e da sociedade e transformar confiança em valor, as empresas precisam: inserir na estratégia do negócio a contabilidade dos indicadores de sustentabilidade, fazendo com que esta visão e prática sejam entendidos como instrumentos de geração de valor; utilizar os códigos e normas de avaliação socioambiental como instrumentos para direcionar o comportamento de funcionários da empresa em relação à sustentabilidade; buscar sinergia entre contabilidade ambiental e geração de valor, apresentando, aplicando e integrando as práticas de sustentabilidade a toda a organização, em vez de delimitar práticas de sustentabilidade a apenas um departamento especializado dentro da organização, o que favorece o afastamento das práticas de sustentabilidade do restante das práticas e operações da empresa.

De acordo com Philippi e Malheiros (2012), é urgente a necessidade de elaboração de “indicadores de desenvolvimento sustentável que sirvam de base sólida para a tomada de decisões em todos os níveis e que em todos os níveis e que contribuam para uma sustentabilidade autorregulada dos sistemas integrados de meio ambiente e desenvolvimento.”

Os indicadores de sustentabilidade podem ser usados como ferramenta de informação e mobilização das partes interessadas, que terão em mãos informações e dados que auxiliarão na análise e avaliação da sustentabilidade do desenvolvimento, bem como nos processos de educação e comunicação.

Visando a comunicação destes indicadores de sustentabilidade, os Relatórios de Sustentabilidade são cada vez mais usados em todo o mundo, e

podem ser veiculados por qualquer meio para divulgar aspectos de sustentabilidade da organização, seus impactos e o que ela faz com relação aos mesmos.

A palavra relatório, segundo o dicionário Houaiss (2009), trata-se da “Exposição pela qual uma pessoa apresenta o essencial de sua própria atividade ou de um grupo ao qual pertence”. De acordo com o dicionário Aurélio, é “Exposição das atividades de uma administração ou duma sociedade. Exposição e relação dos principais fatos colhidos por comissão ou pessoa encarregada de estudar determinado assunto.” (FERREIRA, 1986)

Segundo Daub (2007), na história dos relatórios de sustentabilidade, existiram três tipos:

- Relatórios Sociais, que tiveram início na década de 70, com as demandas por informações dos aspectos sociais das organizações;
- Relatórios Ambientais, que originaram na década de 80 e possuíam conteúdo ligado às questões ambientais, incluindo em alguns casos aspectos de saúde e segurança do trabalho;
- Relatórios Anuais, que tiveram origem na metade da década de 90, e tratavam de aspectos éticos, sociais e ambientais das atividades da organização.

De acordo com Lucena, Travassos (2009), “O Relatório de Sustentabilidade é resultado de um processo que visa identificar, mensurar, divulgar e prestar contas sobre as ações das entidades.” Por meio do reporte dessas ações, é possível que as empresas e todo o público interessado (acionistas, clientes, fornecedores, funcionários, sociedade civil, etc.) tenham acesso a informações da empresa acerca do desenvolvimento sustentável.

Segundo a *Global Reporting Initiative* (GRI), o Relatório de Sustentabilidade é uma tendência na área da comunicação corporativa; e termos como *non-financial reporting* (relatório não-financeiro), *triple bottom line reporting* (relatório de tripé da sustentabilidade), *corporate social responsibility reporting* (relatório de responsabilidade social corporativa) e outros podem ser usados como sinônimos.

Para Azevedo (2006), a questão da responsabilidade social corporativa está diretamente ligada à sustentabilidade. No Brasil, o número de empresas que divulgam publicamente suas ações nas áreas social e ambiental cresce, seja na forma de Balanços Sociais, Relatórios Sócio-ambientais, Relatórios de Sustentabilidade Empresariais. Para o autor, estes tipos de relatórios possuem um

diferencial vantajoso com relação aos tradicionais relatórios e balanços financeiros, já que se refere às ações das empresas nas três esferas da sustentabilidade, abordando as dimensões sociais e ambientais, e não somente as econômicas.

Segundo Azzone et al. (1996), o objetivo inicial da maioria dos relatórios ambientais era mostrar o comprometimento da empresa com o meio ambiente. No entanto, o objetivo principal de um relatório de sustentabilidade deve ser comunicar a performance econômica, social e ambiental da empresa.

O relato de sustentabilidade auxilia as organizações a estabelecer metas, aferir seu desempenho e gerir mudanças com vistas a tornar suas operações mais sustentáveis. Relatórios de sustentabilidade divulgam informações sobre os impactos de uma organização – sejam positivos ou negativos – sobre o meio ambiente, a sociedade e a economia. Assim, eles dão forma tangível e concreta a questões abstratas, ajudando as organizações a compreender e gerir melhor os efeitos do desenvolvimento da sustentabilidade sobre suas atividades e estratégias. (GRI, 2015)

Com a intenção de garantir um conteúdo padronizado e que as organizações não deixem de relatar seus aspectos e impactos relevantes, existem modelos de relatórios com estruturas ou diretrizes padronizadas. Um exemplo deste tipo de organização que elabora padrões para relatórios de sustentabilidade é a Global Reporting Initiative (GRI).

2.4 *Global Reporting Initiative – GRI*

A *Global Reporting Initiative* (GRI) é uma das organizações que se dedica a padronização de Relatórios de Sustentabilidade; com objetivo de melhorar a qualidade, o rigor e a utilidade dos mesmos. Segundo Lucena e Travassos (2009), as diretrizes da GRI para composição de Relatórios de Sustentabilidade constituem o modelo mais usado no mundo para relato de sustentabilidade. Com o conjunto de princípios, protocolos e indicadores, o modelo de Relatório de Sustentabilidade da GRI ajuda organizações na gestão, comparação e comunicação de seu desempenho nas dimensões social, ambiental e econômica.

A *Global Reporting Initiative* é uma iniciativa voluntária que foi criada em parceria com a *Coalition for Environmentally Responsible Economy* (CERES), uma instituição não governamental composta por organizações ambientais, de trabalhadores, investidores institucionais, e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

Segundo Barbieri (2007), o objetivo da GRI é promover e disseminar nas organizações a prática de medir seu desempenho em termos de sustentabilidade (nos pilares econômico, social e ambiental) e divulgar seus resultados como forma de prestação de contas à sociedade. As diretrizes da GRI apresentam indicadores de sustentabilidade econômica, ambiental e social; para cada indicador há um protocolo técnico que estabelece definições e orientações para tratar os dados que serão relatados.

De acordo com o *website* da organização, a GRI é uma organização internacional independente que ajuda empresas, governos e outras organizações a entender e comunicar os impactos de seus negócios em questões críticas de sustentabilidade como mudanças climáticas, direitos humanos, corrupção, entre outros. O conteúdo sugerido pela GRI para relato de sustentabilidade, como sua estrutura de diretrizes, protocolos técnicos e indicadores são revisados e atualizados periodicamente. Também é um dos propósitos da *Global Reporting Initiative* a transparência das informações para que os *stakeholders* tomem as decisões mais acertadas e baseadas em informações consistentes.

De acordo com Almeida (2007), as diretrizes para relato de sustentabilidade propostas pela GRI são um conjunto de indicadores e recomendações que são uma tendência no que se trata de Relatórios de Sustentabilidade, e estão se tornando referência para a criação de um padrão global de divulgação de desempenho econômico, ambiental e social. As diretrizes da GRI para relato de sustentabilidade são adotadas cada vez mais por diversos tipos de empresas. Tais diretrizes alcançam êxito ao desenvolver indicadores da evolução das empresas na adesão ao conceito e às práticas de sustentabilidade.

De acordo com a GRI (2015), a prática de elaborar relatórios de sustentabilidade consiste em medir, divulgar e prestar contas para *stakeholders* internos e externos a respeito do desempenho organizacional no que se refere ao desenvolvimento sustentável. Um dos pontos fortes dos Relatórios de Sustentabilidade que usam como base as diretrizes da GRI é o fato de dar a possibilidade de avaliação e comparação rápida do desempenho econômico, social e ambiental entre empresas ou da mesma empresa ao longo do tempo.

Segundo Neto e Froes (2011), com o lançamento das primeiras diretrizes para a elaboração dos relatórios de sustentabilidade, a GRI “reforçou a necessidade de maior transparência e diálogo no processo de gestão da sustentabilidade. Diante

disso, emerge uma nova dimensão de desenvolvimento sustentável: a ‘dimensão ética corporativa’.”

Para a GRI, a dimensão ambiental da sustentabilidade diz respeito aos impactos da organização sobre ecossistemas, incluindo aspectos bióticos e abióticos (p. ex.: solo, ar e água). A Categoria Ambiental da Iniciativa abrange impactos relacionados a insumos (p. ex.: energia e água) e saídas (p. ex.: emissões, efluentes e resíduos). Ela abrange, também, impactos relacionados à biodiversidade, aos transportes e a produtos e serviços, bem como a conformidade e os gastos e investimentos ambientais.

Com isso, o GRI enfoca a comunicação dos indicadores econômicos como receita líquida, produção anual e folha de pagamento juntamente com indicadores de desempenho ambiental. O quanto consomem de água e energia, emissões de gases e destinação de resíduos, todas essas informações fazendo relação também com os indicadores sociais como mão-de-obra empregada, nível de formação dos funcionários, treinamento e diversidade. Portanto o Relatório recomendado pelo GRI volta-se em adquirir novos conceitos e práticas, como por exemplo a introdução de medidas de sustentabilidade como instrumento de valor e em junção com a contabilidade sócio-ambiental no escopo de decisão da empresa, impulsionando o surgimento de novas lideranças e estimulando a transição para um novo modelo de desenvolvimento. (LUCENA, TRAVASSOS, 2009)

Para Campos et. al. (2012), o modelo GRI para relato de sustentabilidade tem cada vez mais visibilidade no mundo para a elaboração de relatórios equilibrados e abrangentes devido à sua estrutura estar centrada em dois pontos: comparabilidade, pois possui uma estrutura definida de indicadores e outras diretrizes, possibilitando comparação; e flexibilidade, pois considera diferenças entre organizações e setores econômicos, sendo possível também que a organização publique em seus relatórios informações particulares da mesma ou que somente tem relação com determinado setor ou organização.

Os indicadores de sustentabilidade propostos pelo Manual de Implementação da GRI são apresentados no Anexo 1, onde são mostrados aspectos, indicadores e suas respectivas siglas para as Categoria Econômica, Ambiental e Social, respectivamente.

Na Categoria Ambiental, os aspectos ambientais são divididos em materiais, energia, água, efluentes e resíduos, emissões e outros. Os indicadores sugerem que as organizações divulguem, dentre outras informações, a quantidade utilizada de materiais e o percentual de materiais provenientes de reciclagem, o consumo de energia dentro e fora da organização, etc.

3 METODOLOGIA

3.1 Locais de Estudo

O presente trabalho foi realizado no âmbito territorial da região Sudeste do Brasil, que inclui os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

A escolha do Sudeste como área para estudo foi devido ao fato de possuir a maior população dentre todas as regiões do país e exibir os maiores índices de urbanização. Além disso, a região se destaca sendo uma potência econômica, com o maior PIB das regiões do Brasil (ARBEX JR., OLIC; 1999).

Para realização do mesmo, visando garantir a representatividade de cada Estado, foram selecionadas as 3 maiores cidades em número de habitantes de cada estado do Sudeste. No estado de São Paulo, as três maiores cidades são São Paulo, Guarulhos e Campinas. Em Minas Gerais as maiores cidades são Belo Horizonte, Uberlândia e Contagem. No Rio de Janeiro são Rio de Janeiro, São Gonçalo e Duque de Caxias. No Espírito Santo, as três maiores cidades são Serra, Vila Velha e Cariacica. (IBGE, 2016)

3.2 Identificação dos hospitais gerais de grande porte

Usando como fonte o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), foram identificados os hospitais gerais de grande porte nestas cidades.

De acordo com o Ministério da Saúde, Hospital Geral

é o hospital destinado a atender pacientes portadores de doenças das várias especialidades médicas. Poderá ter a sua ação limitada a um grupo etário (hospital infantil), a determinada camada da população (hospital militar, hospital previdenciário) ou a finalidade específica (hospital de ensino). (BRASIL, 1977)

E hospital de grande porte “é o hospital que possui capacidade normal ou de operação de 150 a 500 leitos. Acima disso considera-se hospital de capacidade extra” (BRASIL, 1977).

A lista dos hospitais gerais de grande porte das cidades estudadas neste trabalho é apresentada no Apêndice 1.

3.3 Identificação dos tipos de relatórios e avaliação da abordagem ambiental nos mesmos

Com a relação dos hospitais definidos no item 3.2 foi realizada a busca em seus *websites* a fim de identificar a comunicação de informações relativas às questões sociais, econômicas e ambientais por meio de relatórios, procurando nos mesmos os indicadores ambientais do hospital.

A presença de indicadores (principalmente ambientais, já que é o pilar da sustentabilidade mais enfatizado neste trabalho) foi fundamental na metodologia deste estudo, pois considera-se que uma organização que mede seus impactos já se posiciona em relação ao meio ambiente e demonstra preocupação com a melhoria destes indicadores. Neste contexto, a GRI (2015) se posiciona afirmando que o relato de sustentabilidade auxilia no estabelecimento de metas das organizações, já que aferindo seu desempenho, é possível gerir mudanças que visam tornar suas operações mais sustentáveis.

Nesta etapa do trabalho, foi considerado qualquer tipo de relatório presente nos *websites* dos hospitais; já que segundo a GRI (2015) *non-financial reporting*, *triple bottom line reporting*, *corporate social responsibility reporting* e outros podem ser usados como sinônimos. De acordo com Barbieri (2007), as empresas ou instituições podem optar por comunicar e divulgar suas ações por meio de modelos de relatórios próprios ou adotar modelos com diretrizes padronizadas; e a decisão a respeito de quais informações divulgar é uma escolha da própria instituição ou empresa.

Desta forma, poderão existir Relatórios de Sustentabilidade baseados nas diretrizes da GRI, Relatórios de Sustentabilidade, Relatórios Sociais, Relatórios de Gestão, entre outros.

Para esta etapa do trabalho, foi elaborada uma classificação para os tipos de relatórios encontrados nos *websites* dos hospitais:

- **Relatório de Sustentabilidade GRI:** referem-se aos Relatórios de Sustentabilidade publicados nos *websites* dos hospitais, que adotam as diretrizes da GRI como padrão;

- **Outros com indicadores ambientais:** referem-se aos outros tipos de relatórios publicados nos *websites* dos hospitais, como Relatórios de Sustentabilidade (sem GRI), Relatórios de Atividades, Relatórios de Gestão, Relatório Anual, Relatório Social, etc.) que possuem em seu conteúdo dados a respeito de indicadores ambientais.
- **Outros sem indicadores ambientais:** referem-se aos outros tipos de relatórios publicados nos *websites* dos hospitais, como Relatórios de Sustentabilidade (sem GRI), Relatórios de Atividades, Relatórios de Gestão, Relatório Anual, Relatório Social, etc.) que não possuem em seu conteúdo dados a respeito de indicadores ambientais.
- **Sem relatório:** referem-se aos hospitais que não possuem relatórios em seus *websites*.

Com os dados e informações a respeito da publicação de relatórios nos *websites* dos hospitais, e com os mesmos disponíveis para leitura e análise; foi feita a busca da divulgação de indicadores ambientais em cada um. A partir daí, foi possível distinguir os relatórios que possuíam indicadores ambientais.

A identificação dos tipos de relatório publicados por cada estabelecimento de saúde fornecerá o panorama do uso de Relatórios de Sustentabilidade por hospitais no Sudeste do Brasil.

3.4 Identificação e comparação da ênfase às questões ambientais frente às questões sociais e econômicas

A segunda parte deste trabalho se referiu somente aos Relatórios de Sustentabilidade dos hospitais que adotavam as diretrizes da GRI para elaboração do mesmo. A escolha do modelo para relato de sustentabilidade proposto pela GRI se deve ao fato de ser um modelo internacional aplicável a todos os tipos de empresas, instituições e organizações, reconhecido e adotado em todo o mundo; além de passar por constantes revisões e processo de aperfeiçoamento no que se trata de indicadores e diretrizes. (LUCENA, TRAVASSOS; 2009)

Para esta etapa do trabalho, foram utilizados como parâmetro os indicadores econômicos, ambientais e sociais propostos nas diretrizes G4 para Relato de Sustentabilidade da GRI. Os indicadores estão listados no Anexo 1.

Esta parte do trabalho consistiu na avaliação individual do relatório de cada hospital e comparação de indicadores entre hospitais e dentro do mesmo hospital. No Manual de Implementação, os indicadores de sustentabilidade estão divididos em três categorias: econômica, ambiental e social.

Como apresentado no Anexo 1, a categoria econômica das diretrizes da GRI é composta por 9 indicadores; a ambiental por 34 indicadores e a categoria social consiste em 48 indicadores sociais.

Para isto, foi identificada a porcentagem de indicadores econômicos, ambientais e sociais reportados em cada Relatório de Sustentabilidade de hospital que segue as diretrizes da GRI. Estas porcentagens possibilitarão analisar a ênfase dada por cada hospital à medição, controle e divulgação de seus indicadores, principalmente no que tange os indicadores ambientais.

Além disso, com a identificação das porcentagens de divulgação dos indicadores de cada categoria proposta pela GRI, torna-se possível identificar a comunicação ambiental de indicadores e ações ambientais nos hospitais em estudo; analisando o foco às questões ambientais comparado com questões econômicas e sociais dentro de um hospital; e também fazendo comparações entre hospitais diferentes, no que se refere à investimento, comunicação e divulgação de informações ambientais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados das pesquisas e resultados obtidos no trabalho estão expostos nesta seção, juntamente com discussões a respeito dos mesmos.

4.1 Identificação dos hospitais gerais de grande porte

A listagem completa dos hospitais gerais de grande porte das três maiores cidades de cada estado do Sudeste, juntamente com o número de leitos de cada um, é apresentada no Apêndice 1. Ao todo foram 149 hospitais gerais de grande porte nestas cidades.

4.2 Identificação dos tipos de relatórios e avaliação da abordagem ambiental nos mesmos

Dos 149 hospitais que atenderam aos requisitos iniciais do presente estudo (hospitais gerais de grande porte situados nas três maiores cidades em população de cada estado do Sudeste), apenas 12 apresentaram Relatórios de Sustentabilidade com base nas diretrizes da GRI, demonstrando assim preocupação com a questão da sustentabilidade e transparência. Segundo a GRI (2015), a medição dos indicadores, e a transparência na comunicação dos mesmos para as partes interessadas nos relatórios, podendo ser funcionários, acionistas, pacientes, sociedade civil, etc. pode ser uma estratégia para a organização implementar operações mais sustentáveis e informar *stakeholders* de seus resultados, ações de melhoria e projetos nos campos da sustentabilidade.

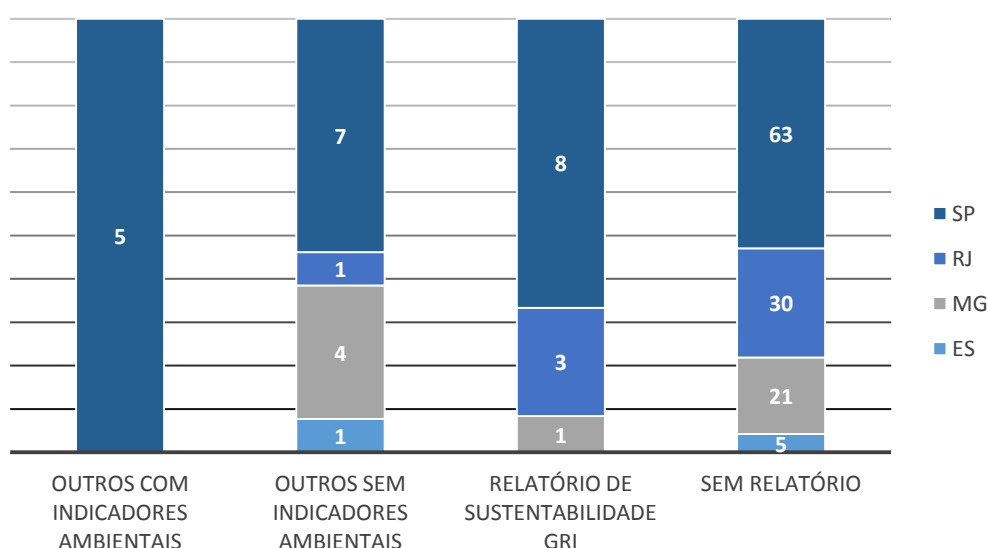
Cinco hospitais se enquadravam na classificação “Outros com indicadores ambientais”, divulgando em seus *websites* relatórios que continham informações e dados medidos de indicadores ambientais, o que também demonstra, segundo a GRI (2015), interesse na medição e estabelecimento de metas para melhoria dos índices dos indicadores, além de apresentar transparência no que se refere a informação de *stakeholders*.

Outros treze dos 149 hospitais estudados no Sudeste se enquadravam na classificação “Outros sem indicadores ambientais”. Em alguns havia informações a respeito do meio ambiente e gestão ambiental, como gerenciamento de resíduos, economia de energia e água; porém o objetivo do trabalho era encontrar e comparar indicadores.

O restante – 119 hospitais, o equivalente a 79,9% dos hospitais pesquisados no Sudeste – não disponibilizava em seus *websites* informações e indicadores de qualquer tipo por meio de relatórios.

As informações referentes a distribuição dos tipos de Relatórios por Estado são apresentadas na figura 1.

Figura 1. Panorama da publicação de Relatórios no Sudeste do Brasil



Fonte: Autora

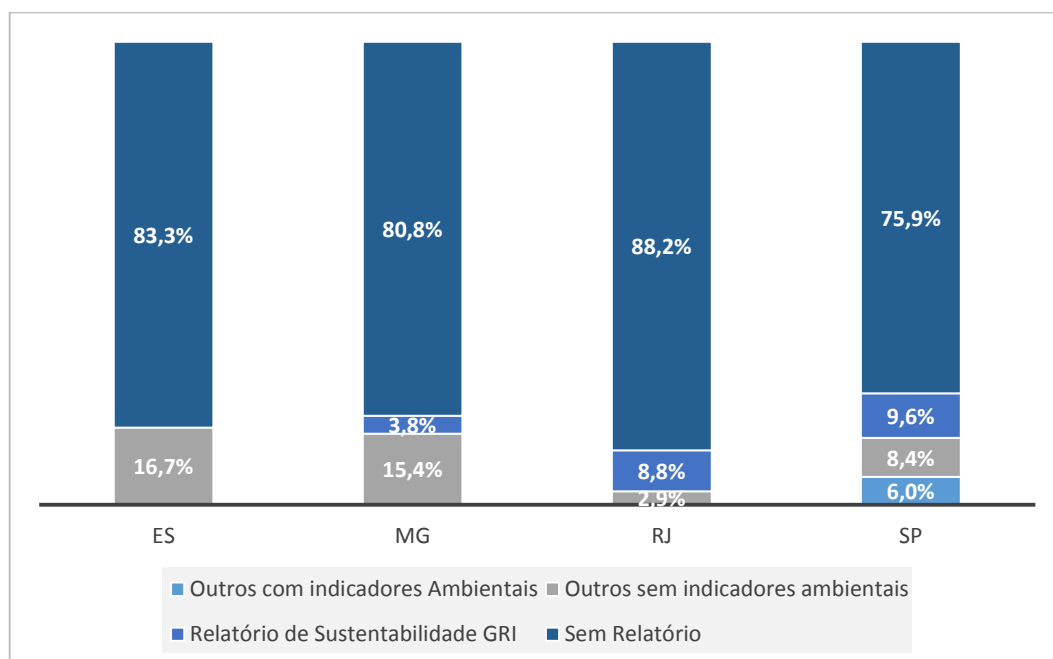
Analisando as informações contidas na Figura 1, considerando a publicação de relatórios que não adotam a GRI como modelo, nota-se que cinco hospitais gerais de grande porte das cidades estudadas apresentavam relatórios com indicadores ambientais. Outros 13 hospitais publicavam relatórios sem indicadores ambientais.

Devido à quantidade de hospitais gerais de grande porte no estado de São Paulo (oitenta e três hospitais contabilizados, o equivalente a 55,7% dos hospitais gerais de grande porte da região Sudeste do Brasil), a ocorrência de Relatórios de Sustentabilidade de todos os tipos seria maior neste estado, no que se trata de

números absolutos. E isso pode ser visto na figura 1, onde a maioria dos relatórios, seja de sustentabilidade com GRI, com ou sem indicadores ambientais, eram de hospitais situados no estado de São Paulo.

Na figura 2 pode ser visto a distribuição dos tipos de relatórios em cada estado, em termos de porcentagem.

Figura 2. Tipos de Relatórios publicados nos Estados do Sudeste



Fonte: Autora

Na figura 2, é possível perceber, que mesmo em termos de porcentagem, o Estado de São Paulo foi o Estado que apresentou a maior porcentagem de Relatórios de Sustentabilidade que seguiam o padrão da GRI, 9,6% dos hospitais gerais de grande porte do estado adotavam as diretrizes GRI para relato de sustentabilidade. No estado do Rio de Janeiro, 8,8% dos hospitais deste estado utilizaram as diretrizes da GRI para redigir e publicar seus relatórios; e em Minas Gerais, 3,8% dos hospitais adotavam as diretrizes GRI. O Espírito Santo não possuía hospitais que publicassem em seus *websites* relatórios de sustentabilidade com base nas diretrizes da GRI.

Mesmo em números relativos a cada estado, o estado de São Paulo se mostrou mais ativo no que se refere à transparência de indicadores e informações por meio de relatórios; mostrando um interesse de hospitais pesquisados que publicam relatórios de ganhar a confiança de *stakeholders* e da opinião pública em

geral, visando transformar esta confiança em valor. (ALMEIDA, 2007). Fazendo uma análise detalhada de cada estado, percebe-se que 24,1% dos hospitais gerais de grande porte de São Paulo possuíam algum tipo de relatório em seus *websites*. Neste quesito, o estado de São Paulo é seguido por Minas Gerais, onde 19,2% dos hospitais gerais de grande porte publica relatórios em seus *websites*, e pelo Espírito Santo, onde 16,7% dos hospitais gerais de grande porte publicam relatórios e posteriormente pelo Rio de Janeiro, onde 11,7% dos hospitais gerais de grande porte publicam relatórios em seus *websites*.

Nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, é possível observar uma evidência da afirmação de Lucena, Travassos (2009), onde os autores expressam que o modelo de diretrizes da GRI é o modelo para Relato de Sustentabilidade mais adotado no mundo. Tal constatação pode ser percebida ao observar que no estado de São Paulo, 9,6% dos hospitais adotam as diretrizes da GRI, em contrapartida com 8,4% de outros tipos de relatórios sem indicadores ambientais, e 6% de relatórios com indicadores ambientais.

No Rio de Janeiro, a situação se repete. Uma porcentagem de 8,8% dos hospitais pesquisados adota as diretrizes da GRI para relato de sustentabilidade, enquanto 2,9% de hospitais que adotam outros tipos de relatórios que nem mesmo declaram indicadores ambientais.

4.3 Identificação e comparação da ênfase às questões ambientais frente às questões sociais e econômicas

Esta etapa envolveu apenas os hospitais gerais de grande porte que adotam as diretrizes da GRI como modelo para elaborar e divulgar seus Relatórios de Sustentabilidade. Os hospitais são apresentados no Quadro 1.

Quadro: Hospitais Gerais de Grande Porte e seus Relatórios com base nas Diretrizes da GRI.

Hospital	UF	Cidade	Relatório
Hospital São Luiz Anália Franco	SP	São Paulo	Rede D'or São Luiz
Hospital São Luiz Jabaquara	SP	São Paulo	
Hospital Villa Lobos	SP	São Paulo	
Hospital São Luiz Itaim	SP	São Paulo	
Hospital São Luiz Morumbi	SP	São Paulo	
Hospital Barra D'or	RJ	Rio de Janeiro	

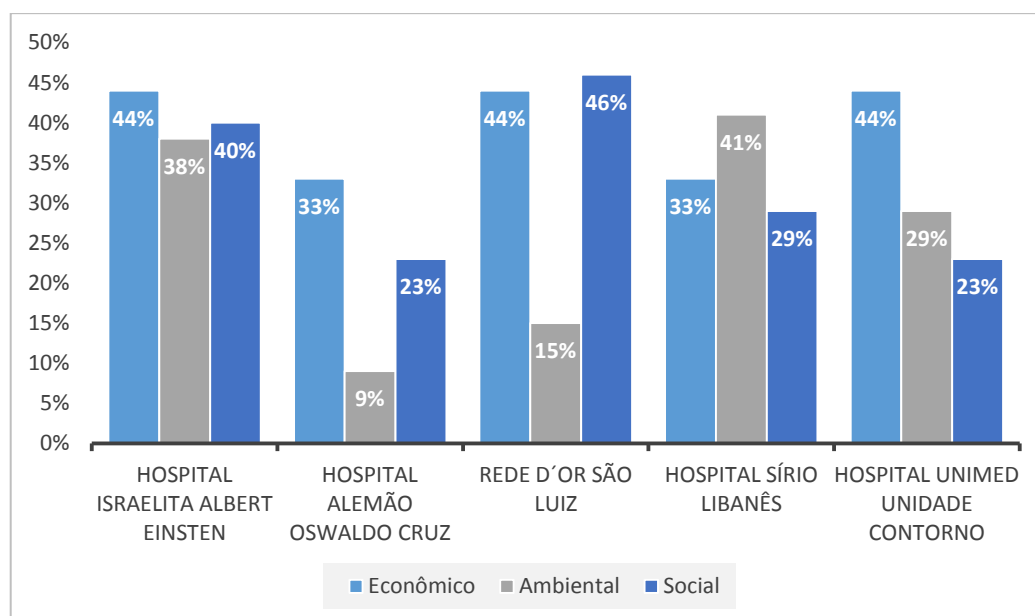
Hospital Copa D'or	RJ	Rio de Janeiro	
Hospital Caxias D'or	RJ	Duque de Caxias	
Hospital Albert Einstein	SP	São Paulo	Albert Einsten - Sociedade Beneficente Israelita Brasileira
Hospital Oswaldo Cruz	SP	São Paulo	Hospital Alemão Oswaldo Cruz
Hospital Sírio-Libanês	SP	São Paulo	Hospital Sírio-Libanês
Hospital Unimed Unidade Contorno	MG	Belo Horizonte	Unimed Belo Horizonte

Fonte: Autora

Os hospitais São Luiz Jabaquara, Villa Lobos, São Luiz Itaim, São Luiz Morumbi, Barra D'or, Copa D'or e Caxias D'or são hospitais próprios da Rede D'or São Luiz, que relatam informações de governança e indicadores econômicos, sociais e ambientais em um único Relatório de Sustentabilidade seguindo as diretrizes da GRI.

A Figura 3 mostra a porcentagem de indicadores econômicos, ambientais e sociais divulgados por cada hospital.

Figura 3. Porcentagem de Atendimento aos indicadores e divulgação de indicadores econômicos, sociais e ambientais.



Fonte: Autora

Com o Figura 3 é possível identificar a porcentagem de indicadores econômicos, sociais e ambientais que foram medidos e divulgados por cada hospital. O atendimento ou não a cada indicador de sustentabilidade por hospital estudado é apresentado no Apêndice 2.

Analisando a Figura 3, pode-se observar que cada hospital tem seu comportamento no que se refere a medição, controle e divulgação de indicadores em seus Relatórios de Sustentabilidade que seguem as diretrizes da GRI.

Comparando o atendimento a indicadores do Pilar Ambiental, é possível notar que o Hospital Sírio-Libanês divulga informações a respeito de 41% dos indicadores ambientais sugeridos pela GRI, seguido pelo Hospital Israelita Albert Einstein (que reporta 38% dos indicadores ambientais sugeridos pela GRI), e pelos hospitais Unimed Unidade Contorno (29%) e Rede D'or São Luiz (15%). O hospital que se destacou negativamente neste trabalho no que se trata de comunicação de indicadores ambientais foi o Hospital Alemão Oswaldo Cruz, que publicou somente 9% dos indicadores ambientais sugeridos pela GRI.

Outra análise feita foi individualmente em cada relatório, visando encontrar o nível de importância dado pelos mesmos à divulgação de indicadores ambientais, quando comparado à porcentagem de indicadores econômicos e sociais que foram divulgados. Como Barbieri (2007) afirma, quem escolhe e prioriza as informações que estarão contidas nos relatórios é a própria instituição ou empresa. Portanto, esta análise da porcentagem de indicadores (subdivididos pelos pilares da sustentabilidade) publicados pelos hospitais reflete a ênfase dada por cada hospital para o pilar ambiental da sustentabilidade, através da transparência na divulgação de indicadores ambientais, mostrando assim que o hospital tem uma preocupação com o controle e medição dos indicadores, e objetiva uma melhoria contínua dos mesmos.

Avaliando as organizações neste quesito, observa-se que o único hospital que relata uma porcentagem maior de indicadores ambientais do que indicadores econômicos e sociais é o Hospital Sírio-Libanês. O Hospital Israelita Albert Einstein (HIAE) e o Hospital Unimed Unidade Contorno (HUUC) apresentam uma distribuição “equilibrada” de divulgação de indicadores de sustentabilidade, porém no caso do HIAE, ambas as porcentagens de indicadores sociais e econômicos reportados é maior do que a de indicadores ambientais; e no HUUC, a porcentagem de indicadores econômicos reportados supera a de indicadores ambientais. Nos

hospitais Hospital Alemão Oswaldo Cruz (HAOC) e Rede D'or São Luiz (RDSL), nota-se um grande desequilíbrio nas porcentagens de indicadores divulgados, já que são reportados uma porcentagem muito maior de indicadores econômicos e sociais do que indicadores ambientais.

No caso do HAOC, apenas 9% dos indicadores ambientais sugeridos pela GRI são reportados em seu Relatório de Sustentabilidade, seguido de 23% de indicadores sociais e 33% de indicadores econômicos. O RDSL reporta apenas 15% dos indicadores ambientais sugeridos pela GRI, contra 46% dos indicadores sociais sugeridos e 46% dos indicadores econômicos.

Além disso, o Relatório GRI possibilita a comparação de um mesmo indicador ao longo dos anos. Isto porque, segundo a GRI (2015), seu modelo de Relato de Sustentabilidade possibilita que *stakeholders* e a própria organização ou instituição avaliem seus resultados ao longo dos anos, comparando valores de indicadores, analisando assim ações implementadas de gestão, operação e melhoria; ou planejando novas melhorias para a gestão e funcionamento das operações exercidas.

Ao longo do Relatório de Sustentabilidade dos hospitais Sírio-Libanês e Albert Einstein, é possível encontrar comparações de indicadores ambientais no decorrer dos anos, como é feito com os indicadores “Quantidade de Resíduos e destinação”, “Consumo de Água”, “Consumo de Energia”, “Emissões de CO2 equivalente”. Os indicadores possuem seus dados de 2015 e são comparados com as medidas de 2013 e 2014, sendo um ponto positivo e mais uma fonte de informação para os interessados, que tem a possibilidade de comparar a melhoria, otimização ou mesmo a piora em algum indicador.

A RDSL também possibilita a comparação de um mesmo indicador em anos anteriores, porém somente dos indicadores de consumo de energia elétrica e água. O HAOC publica dados de anos anteriores nos indicadores de resíduos, água e energia. O HUUC possibilita a comparação de indicadores de produção de resíduos e emissão de gases de efeito estufa, porém não em formato de quadro, como os outros hospitais estudados. A forma de quadro facilitaria a leitura, análise e comparação dos resultados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Outras observações e análises podem ser feitas nos Relatórios de Sustentabilidade das instituições estudadas, inclusive informações que vão além das quantitativas (indicadores), já que segundo Campos et. al. (2012), o modelo da GRI é flexível e possibilita a publicação de informações específicas da organização ou do setor, mesmo que não se encontre na lista de indicadores sugeridos.

Além dos indicadores ambientais, o Hospital Sírio Libanês destaca também em seu Relatório de Sustentabilidade, as creditações relacionadas ao meio ambiente que possui, como *ISO 14001*, que normatiza Sistemas de Gestão Ambiental e o *LEED GOLD*, certificação para construções sustentáveis.

Ademais, destaca-se no Relatório de Sustentabilidade do Hospital Sírio-Libanês, a missão do hospital, que envolve a questão ambiental: “Ser reconhecida internacionalmente pela excelência, pela liderança e pelo pioneirismo em assistência à saúde e na geração de conhecimento, com responsabilidade social, ambiental e auto sustentabilidade, atraindo e retraindo talentos.” (HSL, 2015)

Foi possível também, constatar por meio do Relatório do HSL, o que foi dito por Almeida (2007), sobre a necessidade de o assunto e as práticas de sustentabilidade estarem presentes em todos os setores da empresa, e em todas as suas práticas e operações. Segundo o HSL (2015), o hospital tem trabalhado na mobilização e comprometimento de colaboradores, fornecedores e demais públicos envolvidos nas operações a fim de reduzir impactos ambientais, inserindo o Comitê de Sustentabilidade em atividades transdisciplinares.

É possível observar nos Relatórios de Sustentabilidade dos Hospitais Sírio-Libanês, Rede D’or São Luiz, Albert Einstein e Oswaldo Cruz a variedade de resíduos produzidos em um hospital, e seus complexos tratamentos específicos para cada tipo de resíduo; como citou Spina (2005), ao afirmar que as características patogênicas e perigosas que parte dos resíduos hospitalares apresenta podem requerer cuidados e técnicas especiais e trata-se de um problema a ser gerenciado pelas empresas prestadoras de serviços na área da saúde e pelo poder público na administração de hospitais.

O HAOC, apesar de não reportar indicadores ambientais com a mesma consistência dos outros hospitais estudados, discorre sobre o desafio da ecoeficiência na instituição, além de esclarecer que “a instituição tem buscado

avançar no controle dos impactos ambientais gerados pela organização hospitalar, em sintonia com a estratégia de crescimento” (HAOC, 2016).

De acordo com a análise da autora, apesar de o Hospital Sírio-Libanês ter sido destaque no que se trata a divulgação de indicadores ambientais; o Hospital Israelita Albert Einstein se destacou no que se refere ao equilíbrio entre os pilares da sustentabilidade, reportando 44% dos indicadores econômicos propostos pela GRI, 38% dos ambientais e 40% dos sociais. Apesar de não divulgar a mesma quantidade de indicadores que o Hospital Sírio-Libanês; o hospital demonstra em seu relatório um comparativo de indicadores entre os anos de 2013 e 2015, mostrando ganhos na eficiência da gestão de resíduos. É mostrado no conteúdo do relatório o foco do hospital no combate ao desperdício de água no período estudado, já que o cenário da região era de crise hídrica. Além disso, o hospital também aborda certificações conquistadas, como a ISO 14001, e comunicam que realizam ações de educação ambiental e mobilização da comunidade a fim de ampliar a conscientização das pessoas sobre o significado do conceito de saúde. (HIAE, 2015).

Ao analisar individualmente os Indicadores ambientais, nota-se que alguns indicadores se destacam com relação à sua divulgação. Dois deles, por serem divulgados nos Relatórios de Sustentabilidade de todos os hospitais pesquisados. E onze deles por não terem sido divulgados por nenhum dos hospitais pesquisados.

Os indicadores ambientais relatados por todos os hospitais pesquisados foram “Total de água retirada por fonte” e “Peso total de Resíduos, discriminado por tipo e método de disposição”. Atribui-se a este atendimento aos indicadores a facilidade de medi-los, já que o total de água retirada já é um volume medido pelo Departamento de Água responsável pela distribuição em cada cidade. Sendo assim, cada hospital já possui facilmente estes dados.

Já o indicador “Peso total de Resíduos, discriminado por tipo e método de disposição”, trata-se de um requisito da legislação nacional, onde também o hospital não destina nenhum esforço adicional para cumprir e medir tal indicador.

Os indicadores que não foram publicados por nenhum hospital estudado tratam-se de quatro indicadores relacionados à biodiversidade, e considero que não seja relevante a medição dos mesmos, considerando que hospitais em sua maioria estão presentes em meios urbanos, onde o impacto sobre a biodiversidade local não é tão representativo.

Outros três indicadores que não foram publicados em nenhum Relatório de Sustentabilidade estudado estão relacionados à emissões de gases de efeito estufa (GEE), indicadores que exigem metodologias complexas para serem medidos, o que justificaria o não investimento das organizações hospitalares nestes indicadores.

Outros indicadores ambientais que não foram divulgados em nenhum dos Relatórios de Sustentabilidade analisados tratam de queixas e reclamações relacionadas a impactos ambientais, impactos ambientais decorrentes do transporte de produtos e outros bens e materiais usados na operação da organização, percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais, e percentual de materiais utilizados provenientes de reciclagem.

6 CONCLUSÃO

O presente estudo permitiu compreender melhor sobre comunicação ambiental em relatórios de hospitais, compreendendo o nível de comunicação, principalmente de indicadores ambientais nos mesmos; além de estudar também Relatórios de Sustentabilidade de organizações hospitalares que utilizam a GRI como modelo. Através deste trabalho, viu-se que ainda há muito pela frente rumo aos objetivos da sustentabilidade e sua comunicação.

Ao mesmo tempo, pode-se afirmar que hospitais, que são grandes causadores de impactos ambientais e tem um potencial altíssimo para redução dos mesmos, começam, mesmo que em uma pequena proporção a investir em ações de redução de impactos e preservação do meio ambiente, além de comunicar aos seus *stakeholders* suas iniciativas e resultados nos campos da sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. **Os desafios da sustentabilidade: uma ruptura urgente**. 5 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. 280 p.
- ALBERT EINSTEIN – Sociedade Beneficente Israelita Brasileira. **Relatório de Sustentabilidade**. 2015.
- ARBEX JR., J.; OLIC, N. B. **O Brasil em regiões: Sudeste**. São Paulo: Moderna, 1999. 88p.
- AZZONE, G. et al. *Defining Environmental Performance Indicators: An integrated framework*. **Business Strategy and the Environment**, United States v. 5, p. 69-80, 1996.
- BARBIERI, J. C. **Gestão Ambiental Empresarial: Conceitos, Modelos e Instrumentos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. 382 p.
- BENITO, J. G.; BENITO, O. G. *A Review of Determinant Factors of Environmental Proactivity*. **Wiley InterScience**, v. 15, p.87-102, 2006. .
- BRASIL. Portaria n. 30, Brasília, de 11/02/1977. Órgão emissor: Ministério da Saúde.
- CAMARGO, A. L. de B. **Desenvolvimento Sustentável: Dimensões e desafios**. Campinas, SP: Editora Papirus, 2012.
- CAMPOS, L. M. de S.; SEHNEM, S.; OLIVEIRA, M. de A. S.; ROSSETTO, A. M.; COELHO, A. L. de A. L.; DALFOVO, M. S. **Relatório de sustentabilidade: perfil das organizações brasileiras e estrangeiras segundo o padrão da Global Reporting Initiative**. 2009.
- DAUB, C. H. *Assessing the quality of sustainability reporting: an alternative methodological approach*. **Journal of Cleaner Production**, v. 15, p. 75-85, 2007.

FERREIRA, A. B. de H. **Aurélio: O Dicionário da Língua Portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

GRI – Global Reporting Initiative. **Diretrizes para Relato de Sustentabilidade: Manual de Implementação**. 2015.

GRI – Global Reporting Initiative. **Diretrizes para Relato de Sustentabilidade: Princípios para Relato e Conteúdos Padrão**. 2015.

HAOC – Hospital Alemão Oswaldo Cruz. **Relatório de Sustentabilidade**. 2016.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HSL – Hospital Sírio-Libanês. **Relatório de Sustentabilidade**. 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas populacionais para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros**. 01/07/2016. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/estimativa_do_u.shtm.

LOBO, A. V. R.; LOBO, F. H. R.; SANTOS, D. C. dos. Ferramenta de Avaliação de Sustentabilidade Ambiental em edificações hospitalares na região metropolitana de Curitiba. In: **Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído**, 13, 2007, Canela-RS.

LUCENA, S. L.; TRAVASSOS, S. K. de M. Análise Comparativa dos Relatórios de Sustentabilidade do Global Reporting Initiative com ênfase nas empresas de capital aberto com atuação no Brasil. In: **Veredas Favip – Revista Eletrônica de Ciências**, Paraíba, v. 2, n. 1 e 2, p. 69- 82, jan./dez. 2009.

LYRA, M. G.; GOMES, R. C.; JACOVINE, L. A. G. **O papel dos Stakeholders na Sustentabilidade da Empresa: Contribuições para Construção de um Modelo de Análise**. Curitiba, v. 13.

MELO NETO, F. P. de, FROES, C. **O Bem-Feito: Os novos desafios da Gestão da Responsabilidade Socioambiental Sustentável Corporativa**. Rio de Janeiro, RJ: Editora *Qualitymark*, 2011.

OLIVEIRA, I. S. D., MONTANO, M., SOUZA, M. P. de. **Avaliação Ambiental Estratégica**. Suprema Cultura. 2009.

OLIVEIRA, J. M. de. **Análise do Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde nos Hospitais de Porto Alegre**. 2002. 204 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – UFRGS, Escola de Administração, Porto Alegre, 2002.

ONU, Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. **Nosso Futuro Comum**. 1987.

ONU, Painel de Alto Nível do Secretário Geral das Nações Unidas sobre Sustentabilidade Global (2012). *Pessoas Resilientes, Planeta Resiliente: Um futuro Digno de Escolha*. Nova York: Nações Unidas.

PHILIPI JR, A., MALHEIROS, T. F. **Indicadores de Sustentabilidade e Gestão Ambiental**. Barueri, SP, Editora Manole, 2012.

RDSL – Rede D'or São Luiz. **Relatório de Sustentabilidade**. 2015

SPINA, M. I. A. P. Características do gerenciamento dos resíduos sólidos dos serviços de saúde em Curitiba e análise das implicações socioambientais decorrentes dos métodos de tratamento e destino final. **RAEGA**, v.9, p.95-106, 2005.

TOLEDO, A. F. de; DEMAJOROVIC, J. Atividade Hospitalar: Impactos ambientais e estratégias de ecoeficiência. **INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, v.1, n.2, artigo 4, dez. 2006.

UNIMED BELO HORIZONTE. **Relatório de Sustentabilidade**. 2016

ANEXOS

Anexo 1. Aspectos e Indicadores Econômicos, Sociais e Ambientais

Quadro 1. Quadro de aspectos e indicadores da Categoria Econômica

Aspecto	Sigla	Indicador
Desempenho Econômico	G4-EC1	Valor Econômico direto gerado e distribuído
	G4-EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização em decorrência de mudanças climáticas
	G4-EC3	Cobertura das obrigações previstas no plano de pensão de benefício definido da organização
	G4-EC4	Assistência financeira recebida do governo
Presença no Mercado	G4-EC5	Variação da proporção do salário mais baixo, discriminado por gênero, comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes
	G4-EC6	Proporção de membros da alta direção contratados na comunidade local e em unidades operacionais importantes
Impactos Econômicos Indiretos	G4-EC7	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos
	G4-EC8	Impactos econômicos indiretos significativos, inclusive a extensão dos impactos
Práticas de Compra	G4-EC9	Proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes

Fonte: Adaptado de Manual de Implementação das Diretrizes GRI

Quadro 2. Quadro de aspectos e indicadores da Categoria Ambiental

Aspecto	Sigla	Indicador
Materiais	G4-EN1	Materiais usados, discriminados por peso ou volume
	G4-EN2	Percentual de materiais usados provenientes de reciclagem
Energia	G4-EN3	Consumo de energia dentro da organização
	G4-EN4	Consumo de energia fora da organização
	G4-EN5	Intensidade energética
	G4-EN6	Redução do consumo de energia
	G4-EN7	Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços
Água	G4-EN8	Total de retirada de água por fonte
	G4-EN9	Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água
	G4-EN10	Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada
Biodiversidade	G4-EN11	Unidades operacionais próprias, arrendadas ou administradas dentro ou nas adjacências de áreas protegidas e áreas de alto índice de biodiversidade situadas fora de áreas protegidas
	G4-EN12	Descrição de impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade em áreas protegidas e áreas de alto índice de biodiversidade situadas fora de áreas protegidas
	G4-EN13	Habitats protegidos ou restaurados
	G4-EN14	Número total de espécies incluídas na lista vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats situados em áreas afetadas por operações da organização, discriminadas por nível de risco de extinção
Emissões	G4-EN15	Emissões diretas de gases de efeito estufa (GEE)

	G4-EN16	Emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia
	G4-EN17	Outras emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE)
	G4-EN18	Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE)
	G4-EN19	Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE)
	G4-EN20	Emissões de substâncias que destroem a camada de ozônio (SDO)
	G4-EN21	Emissões de NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas
Efluentes e Resíduos	G4-EN22	Descarte total de água, discriminado por qualidade e destinação
	G4-EN23	Peso total de resíduos, discriminado por tipo e método de disposição
	G4-EN24	Número total e volume de vazamentos significativos
	G4-EN25	Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos e percentual de carregamentos de resíduos transportados internacionalmente
	G4-EN26	Identificação, tamanho, status de proteção e valor da biodiversidade de corpos d'água e habitats relacionados significativamente afetados por descargas e drenagem de água realizados pela organização
Produtos e Serviços	G4-EN27	Extensão da mitigação de impactos ambientais de produtos e serviços
	G4-EN28	Percentual de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, discriminados por categoria de produtos
Conformidade	G4-EN29	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias aplicadas em decorrência da não conformidade com leis e regulamentos ambientais
Transporte	G4-EN30	Impactos ambientais significativos decorrentes do transporte de produtos e outros bens e materiais usados nas operações da organização, bem como do transporte de seus empregados
Geral	G4-EN31	Total de investimentos e gastos com proteção ambiental, discriminado por tipo
Avaliação ambiental de Fornecedores	G4-EN32	Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais
	G4-EN33	Impactos ambientais negativos significativos reais e potenciais na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito
Mecanismos de Queixas e Reclamações Relativas a Impactos Ambientais	G4-EN34	Número de queixas e reclamações relacionadas a impactos ambientais registradas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal

Fonte: Manual de Implementação das Diretrizes GRI

Quadro 3. Quadro de aspectos e indicadores da Categoria Social

Aspecto	Sigla	Indicador
Emprego	G4-LA1	Número Total e taxas de novas contratações de empregados e rotatividade por faixa etária, gênero e região
	G4-LA2	Benefícios concedidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período, discriminados por unidades operacionais importantes da organização
	G4-LA3	Taxas de retorno ao trabalho e retenção após licença maternidade/paternidade, discriminadas por gênero
Relações Trabalhistas	G4-LA4	Prazo mínimo de notificação sobre mudanças operacionais e se elas são especificadas em acordos de negociação coletiva
Saúde e Segurança do	G4-LA5	Percentual da força de trabalho representada em comitês formais de saúde e segurança, compostos por empregados de diferentes níveis

Trabalho		hierárquicos, que ajudam a monitorar e orientar programas de saúde e segurança no trabalho
	G4-LA6	Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e número de óbitos relacionados ao trabalho, discriminados por região e gênero
	G4-LA7	Empregados com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas à sua ocupação
	G4-LA8	Tópicos relativos à saúde e segurança cobertos por acordos formais com sindicatos
Treinamento e Educação	G4-LA9	Número médio de horas de treinamento por ano por empregado, discriminado por gênero e categoria funcional
	G4-LA10	Programas de gestão de competências e aprendizagem contínua que contribuem para a continuidade da empregabilidade dos empregados em período de preparação para a aposentadoria
	G4-LA11	Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira, discriminado por gênero e categoria funcional
Diversidade e Igualdade de Oportunidades	G4-LA12	Composição dos grupos responsáveis pela governança e discriminação de empregados por categoria funcional, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade
Igualdade de Remuneração entre Mulheres e Homens	G4-LA13	Razão matemática do salário e remuneração entre mulheres e homens, discriminada por categoria funcional e unidades operacionais relevantes
Avaliação de Fornecedores em Práticas Trabalhistas	G4-LA14	Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relativos a práticas trabalhistas
	G4-LA15	Impactos negativos significativos reais e potenciais para as práticas trabalhistas na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito
Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Práticas Trabalhistas	G4-LA16	Número de queixas e reclamações relacionadas a práticas trabalhistas registradas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal
Investimentos	G4-HR1	Número total e percentual de acordos e contratos de investimentos significativos que incluem cláusulas de direitos humanos ou que foram submetidos a avaliação referente a direitos humanos
	G4-HR2	Número Total de horas de treinamento de empregados em Políticas de direitos humanos ou procedimentos relacionados a aspectos de direitos humanos relevantes para as operações da organização]
Não discriminação	G4-HR3	Número total de casos de discriminação e medidas corretivas tomadas
Liberdade de Associação e Negociação Coletiva	G4-HR4	Operações e fornecedores identificados em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva possa estar sendo violado ou haja risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito
Trabalho Infantil	G4-HR5	Operações e fornecedores identificados como de risco para a ocorrência de casos de trabalho infantil e medidas tomadas para contribuir para a efetiva erradicação do trabalho infantil
Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo	G4-HR6	Operações e fornecedores identificados como de risco significativo para a ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e medidas tomadas para contribuir para a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou análogo ao escravo
Práticas de Segurança	G4-HR7	Percentual do pessoal de segurança que recebeu treinamento nas políticas ou procedimentos da organização relativos a direitos humanos que sejam relevantes às operações

Direitos dos povos Indígenas Tradicionais	G4-HR8	Número total de casos de violação de direitos de povos indígenas e tradicionais e medidas tomadas a esse respeito
Avaliação	G4-HR9	Número total e percentual de operações submetidas a análises ou avaliações de direitos humanos de impactos relacionados a direitos humanos
Avaliação de Fornecedores em Direitos Humanos	G4-HR10	Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relacionados a direitos humanos
	G4-HR11	Impactos Negativos significativos reais e potenciais em direitos humanos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito
Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Direitos Humanos	G4-HR12	Número de queixas e reclamações relacionadas a impactos em direitos humanos registradas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal
Comunidades Locais	G4-SO1	Percentual de operações com programas implementados de engajamento da comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento local
	G4-SO2	Operações com impactos negativos significativos reais e potenciais nas comunidades locais
Combate à Corrupção	G4-SO3	Número total e percentual de operações submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção e os riscos significativos identificados
	G4-SO4	Comunicação e treinamento em políticas e procedimentos de combate à corrupção
	G4-SO5	Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas
Políticas Públicas	G4-SO6	Valor total de contribuições financeiras para partidos políticos e políticos, discriminando por país e destinatário/beneficiário
Concorrência Desleal	G4-SO7	Número total de ações judiciais movidas por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio e seus resultados
Conformidade	G4-SO8	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias aplicadas em decorrência da não conformidade com leis e regulamentos
	G4-SO9	Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relativos a impactos na sociedade
	G4-SO10	Impactos negativos significativos reais e potenciais da cadeia de fornecedores na sociedade e medidas tomadas a esse respeito
Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Impactos na Sociedade	G4-SO11	Número de queixas e reclamações relacionadas a impactos na sociedade registradas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal
Saúde e Segurança do Cliente	G4-PR1	Percentual das categorias de produtos e serviços significativas para as quais são avaliados impactos na saúde e segurança buscando melhorias
	G4-PR2	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante seu ciclo de vida, discriminado por tipo de resultado
Rotulagem de Produtos e Serviços	G4-PR3	Tipo de informações sobre produtos e serviços exigidas pelos procedimentos da organização referentes a informações e rotulagem de produtos e serviços e percentual de categorias significativas sujeitas a essas exigências
	G4-PR4	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminado por tipo de resultados

	G4-PR5	Resultados de pesquisas de satisfação do cliente
Comunicações de Marketing	G4-PR6	Venda de Produtos proibidos ou contestados
	G4-PR7	Número Total de Casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultados
Privacidade do Cliente	G4-PR8	Número Total de Queixas e Reclamações comprovadas relativas à violação de privacidade e perda de dados de clientes
Conformidade	G4-PR9	Valor monetário de multas significativas por não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços

Fonte: Manual de Implementação das Diretrizes GRI

APÊNDICES

Apêndice 1. Hospitais Gerais de Grande Porte das três maiores cidades de cada Estado do Sudeste, número de leitos e tipo de Relatório encontrado em seus *websites*.

UF	Cidade	Nome	Leitos	Tipo de Relatório	Categoria
SP	São Paulo	CENTRO HOSPITALAR DO SISTEMA PENITENCIARIO SAO PAULO	251		Sem Relatório
SP	São Paulo	CONJUNTO HOSPITALAR DO MANDAQUI SAO PAULO	396		Sem Relatório
SP	São Paulo	HC DA FMUSP HOSPITAL DAS CLINICAS SAO PAULO	1543	Relatório de Atividades sem indicadores ambientais	Outros sem indicadores ambientais
SP	São Paulo	HOSP ALVORADA MOEMA	234		Sem Relatório
SP	São Paulo	HOSP DA PENHA	186		Sem Relatório
SP	São Paulo	HOSP DA STA CASA DE STO AMARO	197		Sem Relatório
SP	São Paulo	HOSP DE TRANSPLANT DO EST DE SP EURYCLIDES DE JESUS ZERBINI	168		Sem Relatório
SP	São Paulo	HOSP DO SERV PUB EST FCO MORATO DE OLIVEIRA SAO PAULO	886		Sem Relatório
SP	São Paulo	HOSP DO SERV PUB MUNICIPAL HSPM	298		Sem Relatório
SP	São Paulo	HOSP DOM ANTONIO DE ALVARENGA	157	Relatório Anual sem indicadores ambientais	Outros sem indicadores ambientais
SP	São Paulo	HOSP E MATERNIDADE DO BRAZ	391		Sem Relatório
SP	São Paulo	HOSP EDMUNDO VASCONCELOS	157		Sem Relatório

SP	São Paulo	HOSP MAT SAO CRISTOVAO	220		Sem Relatório
SP	São Paulo	HOSP MUN CARMEN PRUDENTE	228		Sem Relatório
SP	São Paulo	HOSP MUN DR ARTHUR RIBEIRO DE SABOYA	200		Sem Relatório
SP	São Paulo	HOSP MUN DR CARMINO CARICCHIO	395		Sem Relatório
SP	São Paulo	HOSP MUN DR MOYSES DEUTSCH	245		Sem Relatório
SP	São Paulo	HOSP MUN FERNANDO MAURO PIRES DA ROCHA	279		Sem Relatório
SP	São Paulo	HOSP MUN GILSON DE CASSIA MARQUES DE CARVALHO	271		Sem Relatório
SP	São Paulo	HOSP MUN PROF DR WALDOMIRO DE PAULA	179		Sem Relatório
SP	São Paulo	HOSP MUN PROFESSOR DR ALIPIO CORREA NETTO	307		Sem Relatório
SP	São Paulo	HOSP MUN TIDE SETUBAL	172		Sem Relatório
SP	São Paulo	HOSP MUN VER JOSE STOROPOLLI	205		Sem Relatório
SP	São Paulo	HOSP PAULISTANO	187		Sem Relatório
SP	São Paulo	HOSP SAO LUIZ ANALIA FRANCO	259	Relatório de Sustentabilidade com GRI	Relatório de Sustentabilidade GRI
SP	São Paulo	HOSP STA CRUZ	183	Relatório Social sem indicadores amb	Outros sem indicadores ambientais
SP	São Paulo	HOSP STA MARCELINA SAO PAULO	726	Relatório de atividades com indicadores ambientais	Outros com indicadores ambientais
SP	São Paulo	HOSP 9 DE JULHO	224		Sem Relatório
SP	São Paulo	HOSPITAL BANDEIRANTES	239		Sem Relatório

SP	São Paulo	HOSPITAL DA LUZ	288		Sem Relatório
SP	São Paulo	HOSPITAL DO CORACAO	237	Relatório Social com indicadores ambientais	Outros com indicadores ambientais
SP	São Paulo	HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA MARIA CRUZ AZUL	403		Sem Relatório
SP	São Paulo	HOSPITAL ESTADUAL DE SAPOPEMBA SAO PAULO	209		Sem Relatório
SP	São Paulo	HOSPITAL ESTADUAL DE VILA ALPINA ORG SOCIAL SECONCI SAO PAUL	219		Sem Relatório
SP	São Paulo	HOSPITAL GERAL DE PEDREIRA	239	Balanco social sem indicadores ambientais	Outros sem indicadores ambientais
SP	São Paulo	HOSPITAL GERAL DE SAO MATEUS SAO PAULO	251		Sem Relatório
SP	São Paulo	HOSPITAL GERAL DE VILA NOVA CACHOEIRINHA SAO PAULO	180		Sem Relatório
SP	São Paulo	HOSPITAL GERAL DE VILA PENTEADO DR JOSE PANGELLA SAO PAULO	219		Sem Relatório
SP	São Paulo	HOSPITAL GERAL DO GRAJAU PROF LIBER JOHN ALPHONSE DI DIO SP	260		Sem Relatório
SP	São Paulo	HOSPITAL GERAL JESUS TEIXEIRA DA COSTA GUAIANASES SAO PAULO	255		Sem Relatório
SP	São Paulo	HOSPITAL GERAL SANTA MARCELINA DE ITAIM PAULISTA SAO PAULO	321	Relatório de atividades com indicadores ambientas	Outros com indicadores ambientais

SP	São Paulo	HOSPITAL GERIATRICO E DE CONVALESCENTES D PEDRO II	457		Sem Relatório
SP	São Paulo	HOSPITAL HELIOPOLIS UNIDADE DE GESTAO ASSISTENCIAL I SP	280		Sem Relatório
SP	São Paulo	HOSPITAL IGESP	183		Sem Relatório
SP	São Paulo	HOSPITAL ISRAELITTA ALBERT EINSTEIN	625	Relatório de Sustentabilidade com GRI	Relatório de Sustentabilidade GRI
SP	São Paulo	HOSPITAL KATIA DE SOUZA RODRIGUES TAIPASSP SAO PAULO	248		Sem Relatório
SP	São Paulo	HOSPITAL METROPOLITANO UNIDADE BUTANTA	169		Sem Relatório
SP	São Paulo	HOSPITAL NIPO BRASILEIRO	243	Relatório de Atividades sem indicadores ambientais	Outros sem indicadores ambientais
SP	São Paulo	HOSPITAL OSWALDO CRUZ	262	Relatório de Sustentabilidade com GRI	Relatório de Sustentabilidade GRI
SP	São Paulo	HOSPITAL REGIONAL SUL SAO PAULO	178		Sem Relatório
SP	São Paulo	HOSPITAL SAMARITANO	322	Relatório Social sem indicadores ambientais	Outros sem indicadores ambientais
SP	São Paulo	HOSPITAL SANTA CATARINA	324	Relatório Social sem indicadores ambientais	Outros sem indicadores ambientais
SP	São Paulo	HOSPITAL SANTA PAULA	198		Sem Relatório
SP	São Paulo	HOSPITAL SANTO ANTONIO	211		Sem Relatório
SP	São Paulo	HOSPITAL SAO CAMILO IPIRANGA	162		Sem Relatório
SP	São Paulo	HOSPITAL SAO CAMILO POMPEIA	214		Sem Relatório
SP	São Paulo	HOSPITAL SAO CAMILO SANTANA	219		Sem Relatório
SP	São Paulo	HOSPITAL SAO LUIZ GONZAGA	171		Sem Relatório
SP	São Paulo	HOSPITAL SAO LUIZ JABAQUARA	188	Relatório de Sustentabilidade com	Relatório de Sustentabilidade GRI

GRI					
SP	São Paulo	HOSPITAL SAO PAULO HOSPITAL DE ENSINO DA UNIFESP SAO PAULO	812		Sem Relatório
SP	São Paulo	HOSPITAL SEPACO	224		Sem Relatório
SP	São Paulo	HOSPITAL SIRIO LIBANES	469	Relatório de Sustentabilidade com GRI	Relatório de Sustentabilidade GRI
SP	São Paulo	HOSPITAL UNIVERSITARIO DA USP SAO PAULO	206		Sem Relatório
SP	São Paulo	HOSPITAL VILLA LOBOS	170	Relatório de Sustentabilidade com GRI	Relatório de Sustentabilidade GRI
SP	São Paulo	HOSPITAL VITORIA	238		Sem Relatório
SP	São Paulo	INSTITUTO DE INFECTOLOGIA EMILIO RIBAS SAO PAULO	298		Sem Relatório
SP	São Paulo	RESIDENCIAL ALBERT EINSTEIN	170		Sem Relatório
SP	São Paulo	SANTA CASA DE SAO PAULO HOSPITAL CENTRAL SAO PAULO	1210		Sem Relatório
SP	São Paulo	SAO LUIZ UNIDADE ITAIM	274	Relatório de Sustentabilidade com GRI	Relatório de Sustentabilidade GRI
SP	São Paulo	SAO LUIZ UNIDADE MORUMBI	203	Relatório de Sustentabilidade com GRI	Relatório de Sustentabilidade GRI
SP	São Paulo	UNIDADE DE GESTAO ASSISTENCIAL II HOSPITAL IPIRANGA SP	268		Sem Relatório
SP	São Paulo	UNIDADE REFERENCIADA OSWALDO CRUZ VERGUEIRO	424		Sem Relatório
SP	Guarulhos	HOSPITAL CARLOS CHAGAS	200		Sem Relatório

SP	Guarulhos	HOSPITAL GERAL DE GUARULHOS PROF DR WALDEMAR DE CARVALHO	299		Sem Relatório
SP	Guarulhos	HOSPITAL MUNICIPAL PIMENTAS BONSUCESSO MANUEL DE PAIVA	154		Sem Relatório
SP	Campinas	CENTRO MEDICO DE CAMPINAS	233		Sem Relatório
SP	Campinas	COMPLEXO HOSPITALAR PREFEITO EDIVALDO ORSI	225		Sem Relatório
SP	Campinas	HOSPITAL DAS CLINICAS DA UNICAMP DE CAMPINAS	631	Relatório de Gestão com indicadores ambientais	Outros com indicadores ambientais
SP	Campinas	HOSPITAL E MATERNIDADE CELSO PIERRO	356		Sem Relatório
SP	Campinas	HOSPITAL MUNICIPAL DR MARIO GATTI CAMPINAS	206		Sem Relatório
SP	Campinas	HOSPITAL SAMARITANO DE CAMPINAS	151		Sem Relatório
SP	Campinas	HOSPITAL VERA CRUZ	154	Relatório de Gestão com indicadores ambientais	Outros com indicadores ambientais
SP	Campinas	MATERNIDADE DE CAMPINAS	227		Sem Relatório
MG	Belo Horizonte	ASSOCIACAO MARIO PENNA	305	Relatório de Sustentabilidade sem indicadores ambientais	Outros sem indicadores ambientais
MG	Belo Horizonte	BIOCOR INSTITUTO	311		Sem Relatório
MG	Belo Horizonte	COMPLEXO HOSPITALAR SAO FRANCISCO	326	Relatório de Gestão sem indicadores ambientais	Outros sem indicadores ambientais
MG	Belo Horizonte	HOSPITAL BELO HORIZONTE	181		Sem Relatório

MG	Belo Horizonte	HOSPITAL DA BALEIA	194		Sem Relatório
MG	Belo Horizonte	HOSPITAL DAS CLINICAS DA UFMG	504		Sem Relatório
MG	Belo Horizonte	HOSPITAL EVANGELICO DE BELO HORIZONTE	162		Sem Relatório
MG	Belo Horizonte	HOSPITAL FELICIO ROCHO	299		Sem Relatório
MG	Belo Horizonte	HOSPITAL GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO HGIP	306		Sem Relatório
MG	Belo Horizonte	HOSPITAL JOAO XXIII	577		Sem Relatório
MG	Belo Horizonte	HOSPITAL JULIA KUBITSCHKE	369		Sem Relatório
MG	Belo Horizonte	HOSPITAL LIFECENTER	187		Sem Relatório
MG	Belo Horizonte	HOSPITAL MADRE TERESA	344		Sem Relatório
MG	Belo Horizonte	HOSPITAL MATER DEI S A	314		Sem Relatório
MG	Belo Horizonte	HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BHERENS HOB	605		Sem Relatório
MG	Belo Horizonte	HOSPITAL RISOLETA TOLENTINO NEVES	312		Sem Relatório
MG	Belo Horizonte	HOSPITAL SAO LUCAS	212		Sem Relatório
MG	Belo Horizonte	HOSPITAL UNIMED UNIDADE CONTORNO	236	Relatório de Sustentabilidade com GRI (Relatório da Unimed)	Relatório de Sustentabilidade GRI

MG	Belo Horizonte	HOSPITAL UNIVERSITARIO CIENCIAS MEDICAS	202		Sem Relatório
MG	Belo Horizonte	HOSPITAL VERA CRUZ	136		Sem Relatório
MG	Belo Horizonte	SANTA CASA DE BELO HORIZONTE	1086	Relatório de Gestão sem indicadores ambientais	Outros sem indicadores ambientais
MG	Uberlândia	HOSPITAL DE CLINICAS DE UBERLANDIA	526	Relatório de Gestão sem indicadores	Outros sem indicadores ambientais
MG	Uberlândia	HOSPITAL E MATERNIDADE MADRECOR	178		Sem Relatório
MG	Uberlândia	HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL DR ODELMO LEO CARNEIRO	253		Sem Relatório
MG	Contagem	HOSPITAL MUNICIPAL DE CONTAGEM	240		Sem Relatório
MG	Contagem	HOSPITAL SANTA RITA	152		Sem Relatório
RJ	Rio de Janeiro	CASA DE SAUDE NOSSA SENHORA DO CARMO	160		Sem Relatório
RJ	Rio de Janeiro	CASA DE SAUDE SAO JOSE	205		Sem Relatório
RJ	Rio de Janeiro	HOSPITAL BARRA DOR	188	Relatório de Sustentabilidade com GRI	Relatório de Sustentabilidade GRI
RJ	Rio de Janeiro	HOSPITAL COPA DOR	247	Relatório de Sustentabilidade com GRI	Relatório de Sustentabilidade GRI
RJ	Rio de Janeiro	HOSPITAL NAVAL MARCILIO DIAS	601		Sem Relatório
RJ	Rio de Janeiro	HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS DORES	234		Sem Relatório
RJ	Rio de Janeiro	HOSPITAL PANAMERICANO	174		Sem Relatório
RJ	Rio de Janeiro	HOSPITAL PASTEUR	236		Sem Relatório

RJ	Rio de Janeiro	HOSPITAL RIO MAR	157		Sem Relatório
RJ	Rio de Janeiro	HOSPITAL SAO FRANCISCO NA PROVIDENCIA DE DEUS	363		Sem Relatório
RJ	Rio de Janeiro	HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO	153		Sem Relatório
RJ	Rio de Janeiro	HOSPITAL UNIVERSITARIO GAFFREE E GUINLE	237	Relatório de Gestão sem indicadores ambientais	Outros sem indicadores ambientais
RJ	Rio de Janeiro	HOSPITAL VITORIA	170		Sem Relatório
RJ	Rio de Janeiro	MS HOSPITAL FEDERAL CARDOSO FONTES	184		Sem Relatório
RJ	Rio de Janeiro	MS HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA	203		Sem Relatório
RJ	Rio de Janeiro	MS HOSPITAL FEDERAL DO ANDARAÍ	300		Sem Relatório
RJ	Rio de Janeiro	MS HOSPITAL GERAL DE BONSUCESSO	424		Sem Relatório
RJ	Rio de Janeiro	MS HSE HOSPITAL DOS SERVIDORES DO ESTADO	439		Sem Relatório
RJ	Rio de Janeiro	SES RJ HOSPITAL ESTADUAL CARLOS CHAGAS	178		Sem Relatório
RJ	Rio de Janeiro	SES RJ HOSPITAL ESTADUAL GETULIO VARGAS	287		Sem Relatório
RJ	Rio de Janeiro	SMS HOSPITAL MUNICIPAL ALBERT SCHWEITZER AP 51	396		Sem Relatório
RJ	Rio de Janeiro	SMS HOSPITAL MUNICIPAL LOURENCO JORGE AP 40	251		Sem Relatório
RJ	Rio de Janeiro	SMS HOSPITAL MUNICIPAL ROCHA FARIA AP 52	198		Sem Relatório

RJ	Rio de Janeiro	SMS HOSPITAL MUNICIPAL RONALDO GAZOLLA AP 33	276		Sem Relatório
RJ	Rio de Janeiro	SMS HOSPITAL MUNICIPAL SOUZA AGUIAR AP 10	376		Sem Relatório
RJ	Rio de Janeiro	SMS RIO HOSPITAL MUNICIPAL SALGADO FILHO	312		Sem Relatório
RJ	Rio de Janeiro	UERJ HOSPITAL UNIV PEDRO ERNESTO	389		Sem Relatório
RJ	Rio de Janeiro	UFRJ HOSPITAL UNIVERSITARIO CLEMENTINO FRAGA FILHO	304		Sem Relatório
RJ	Rio de Janeiro	UNIMED RIO EMPREENDIMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA HOSP	205		Sem Relatório
RJ	São Gonçalo	HOSPITAL SAO GONCALO LTDA	164		Sem Relatório
RJ	São Gonçalo	SES RJ HOSPITAL ESTADUAL ALBERTO TORRES GERAL SAO GONCALO	225		Sem Relatório
RJ	Duque de Caxias	HOSPITAL CAXIAS DOR	265	Relatório de Sustentabilidade com GRI	Relatório de Sustentabilidade GRI
RJ	Duque de Caxias	HOSPITAL MUNICIPAL MOACYR RODRIGUES DO CARMO	351		Sem Relatório
RJ	Duque de Caxias	SES RJ HOSPITAL ESTADUAL ADAO PEREIRA NUNES	311		Sem Relatório
ES	Serra	HOSPITAL DOUTOR DORIO SILVA	189		Sem Relatório
ES	Serra	HOSPITAL ESTADUAL DR JAYME SANTOS NEVES	381		Sem Relatório
ES	Serra	VITORIA APART HOSPITAL SA	221		Sem Relatório

ES	Vila Velha	CENTRO MEDICO HOSPITALAR DE VILA VELHA S A	172		Sem Relatório
ES	Vila Velha	HOSPITAL EVANGELICO DE VILA VELHA	177	Relatório de Atividades sem indicadores ambientais	Outros sem indicadores ambientais
ES	Cariacica	HOSPITAL MERIDIONAL	232		Sem Relatório

Apêndice 2. Divulgação de Indicadores de Sustentabilidade por hospital

Pilar:	Econômico				
Sigla	Instituição				
	HIAE	HAOC	Rede D'or São Luiz	HSL	HUUC
G4-EC1	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
G4-EC2	SIM	-	-	-	-
G4-EC3	SIM	-	-	-	-
G4-EC4	SIM	SIM	-	-	-
G4-EC5	-	-	-	-	SIM
G4-EC6	-	-	-	-	SIM
G4-EC7	-	-	SIM	SIM	-
G4-EC8	-	SIM	SIM	SIM	-
G4-EC9	-	-	SIM	-	SIM
Porcentagem	44%	33%	44%	33%	44%

Pilar:	Ambiental				
Sigla	Instituição				
	HIAE	HAOC	Rede D'or São Luiz	HSL	HUUC
G4-EN1	-	-	-	-	SIM
G4-EN2	-	-	-	-	-
G4-EN3	SIM	SIM	-	SIM	SIM
G4-EN4	SIM	-	SIM	SIM	-
G4-EN5	SIM	-	-	SIM	-
G4-EN6	SIM	-	-	SIM	SIM
G4-EN7	SIM	-	-	-	-
G4-EN8	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
G4-EN9	SIM	-	-	SIM	-
G4-EN10	SIM	-	-	SIM	-
G4-EN11	-	-	-	-	-

G4-EN12	-	-	-	-	-
G4-EN13	-	-	-	-	-
G4-EN14	-	-	-	-	-
G4-EN15	-	-	-	SIM	SIM
G4-EN16	-	-	-	SIM	SIM
G4-EN17	-	-	-	-	SIM
G4-EN18	-	-	-	SIM	-
G4-EN19	-	-	-	-	-
G4-EN20	-	-	-	-	-
G4-EN21	-	-	-	-	-
G4-EN22	SIM	-	-	SIM	-
G4-EN23	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
G4-EN24	SIM	-	-	-	-
G4-EN25	SIM	-	-	SIM	-
G4-EN26	SIM	-	-	-	-
G4-EN27	-	-	SIM	-	-
G4-EN28	-	-	-	-	-
G4-EN29	-	-	SIM	-	SIM
G4-EN30	-	-	-	-	-
G4-EN31	-	-	-	SIM	-
G4-EN32	-	-	-	-	-
G4-EN33	-	-	-	-	SIM
G4-EN34	-	-	-	-	-
Porcentagem	38%	9%	15%	41%	29%

Pilar:	Social				
Sigla	Instituição				
	HIAE	HAOC	Rede D'or São Luiz	HSL	HUUC
G4-LA1	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
G4-LA2	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
G4-LA3	SIM	-	-	SIM	-
G4-LA4	SIM	-	-	-	-
G4-LA5	SIM	-	SIM	SIM	SIM
G4-LA6	SIM	-	SIM	SIM	-
G4-LA7	SIM	-	-	-	-
G4-LA8	SIM	-	SIM	-	-
G4-LA9	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
G4-LA10	SIM	-	-	SIM	-
G4-LA11	SIM	-	SIM	SIM	-
G4-LA12	SIM	-	SIM	-	-
G4-LA13	SIM	-	SIM	-	-
G4-LA14	-	-	-	-	-
G4-LA15	-	-	-	-	-

G4-LA16	-	-	-	-	-
G4-HR1	-	-	-	-	-
G4-HR2	-	-	-	SIM	-
G4-HR3	-	-	SIM	SIM	SIM
G4-HR4	-	-	SIM	-	-
G4-HR5	-	-	SIM	-	-
G4-HR6	-	-	SIM	-	-
G4-HR7	-	-	-	-	-
G4-HR8	-	-	-	-	-
G4-HR9	-	-	-	-	-
G4-HR10	-	-	-	-	-
G4-HR11	-	-	-	-	-
G4-HR12	-	-	-	-	-
G4-SO1	-	SIM	SIM	-	SIM
G4-SO2	-	-	-	SIM	-
G4-SO3	SIM	-	-	-	SIM
G4-SO4	SIM	-	-	-	SIM
G4-SO5	SIM	SIM	-	-	-
G4-SO6	-	-	-	-	-
G4-SO7	-	-	SIM	-	-
G4-SO8	-	SIM	SIM	-	-
G4-SO9	-	-	-	-	-
G4-SO10	-	-	-	-	-
G4-SO11	-	-	SIM	-	-
G4-PR1	SIM	SIM	-	SIM	SIM
G4-PR2	SIM	SIM	SIM	SIM	-
G4-PR3	-	SIM	-	-	-
G4-PR4	-	-	-	-	-
G4-PR5	-	SIM	SIM	SIM	SIM
G4-PR6	-	-	-	-	SIM
G4-PR7	-	-	SIM	-	-
G4-PR8	SIM	-	SIM	-	-
G4-PR9	-	SIM	SIM	-	-
Porcentagem	40%	23%	46%	29%	23%